

Os dois lados de um discurso

Em certos aspectos, o regime presidencialista assemelha-se ao monárquico; isso explica o fato de o chefe do Executivo abusar da primeira pessoa do singular e atribuir todos os méritos da ação governamental a seus dotes carismáticos, ou insistir em proclamar aquilo que "ele" fará. O presidente José Sarney — que nesse particular segue as pegadas do presidente Figueiredo — parece de tal modo seduzido pela necessidade de usar frequentemente o pronome pessoal, que chega ao ponto de dizer aos ministros de Estado que por intermédio dele, presidente, receberam um mandato da Nação brasileira...

Contudo, mesmo persistindo o vezo dos pronunciamentos anteriores, mudou o tom do discurso presidencial proferido na reunião do novo Ministério. Agora é uma determinação de comando, o traçar de uma política, o fixar de objetivos que devem ser atingidos. Pela primeira vez, na Novíssima República, o presidente da República anuncia com clareza aquilo que quer que seus ministros façam. Mais ainda, é explícito ao dizer que a época das questúnculas acabou, que ele comanda uma equipe de governo, que o êxito da ação governamental depende da unidade de ação de todos. Sobretudo — sirva o recado a quem desejar no Ministério vestir a carapuça —, "não é tolerável que se discutam em público divergências superadas em nível interno". Os fiéis mosqueteiros do dr. Ulysses Guimarães, esses devem a partir de agora vestir a farda de mosqueteiros do rei. A dualidade de poderes é declarada oficialmente extinta, e os ministros descobrem que não são delegados do PMDB ou do PFL, mas auxiliares diretos do presidente da República, que lhes diz o que devem fazer.

É reconfortante ouvir o chefe do governo, meses depois de assumir suas funções, dirigir palavras tão explícitas a seu Ministério. A desunião, as agressões e as controvérsias deverão terminar — a menos que os ministros, contrariando instruções, prefiram cortejar o partido e não servir o presidente. O chefe do governo, que deu as determinações, deve agora zelar para que elas sejam cumpridas, especialmente para que um ministro não sugira coisas que são da competência de outro, e para impedir que todos cuidem de embarçar a tarefa de saneamento das finanças públicas, que o presidente Sarney acredita

estar sendo levada a cabo com êxito, embora os dados oficiais o contradigam.

Temia-se que o presidente da República, mesmo depois de ter avaliado o desempenho do PMDB no Congresso ao longo desses meses, não houvesse tomado consciência do mal-estar de boa parte de seus correligionários, que não desejam em hipótese alguma arcar com os ônus da impopularidade das medidas destinadas a debelar o mal crônico da inflação. Felizmente, pôde ver-se ontem que s. exa. sabe até onde chega a fidelidade do partido à coligação a que pertence, e a capacidade dos homens que o cercam. A Nação espera, assim, que saiba impor ordem entre seus ministros e transforme uma reunião de pessoas numa equipe de auxiliares dedicados.

Fora esse tom de comando, que é a parte positiva da fala presidencial, o mais é a repetição dos propósitos populistas da gestão Sarney; sua reiterada opção pelos pobres, esses mesmos de que nenhum governo anterior se lembrou e aos quais tinham vergonha de referir-se; a repetição de que o governo Sarney fez a opção pela soberania (como se os anteriores a tivessem violentado com a cumplicidade do PDS na Câmara e no Senado), e de que se empenha nos programas de assistência à infância desvalida. É um estilo de governo, sem dúvida, mas que traz consigo compromissos dos mais graves.

Ao ler-se o elenco de providências mandadas executar em cada uma das Pastas, o leitor menos avisado será conduzido a perguntar: de onde virá o dinheiro para fazer tudo aquilo que se impõe como prioritário? De onde sairão os recursos para recuperar o sistema rodoviário e interligar o sistema ferroviário? Para cuidar, se necessário, da Transamazônica e da Perimetral Norte? Para desenvolver no nível exigido a pesquisa agrícola e aumentar a produção de grãos? Para criar agrovilas às margens das rodovias a serem abertas (como no tempo do "milagre")? Para dar educação a todos? Para cuidar da saúde de tantos brasileiros postos à margem do processo civilizatório? Para fazer da Previdência Social uma atividade séria e não uma humilhação cotidiana dos menos favorecidos?

É fácil prescrever ações, quando não se cuida especificamente dos recursos. Como é fácil determinar ao ministro da Irrigação que resolva esse

problema, ou ao do Desenvolvimento Urbano que planeje as cidades do futuro (!). Na verdade, o discurso do presidente Sarney peca pelo otimismo na parte relativa à situação financeira do Estado; e esse otimismo faz o presidente incidir no erro anterior de dizer que a inflação estava controlada, quando assevera: "As finanças públicas estão em ordem". Afirmar temerária. De fato, se as finanças estão em ordem, se em janeiro e fevereiro o déficit público não acusou aumento (e não há motivos para que suba em março, ou haverá?), se não se emitiram títulos da dívida pública, se não se emitiu um centavo para resgatar a dívida, se parte dela foi resgatada — por que, então, a inflação continua sendo um perigo à vista? Por que houve a seca?

Não se deu conta o presidente de que os números que leu a seus ministros e tornou públicos à Nação, com o mesmo tom triunfalista do discurso sobre o fim da inflação, poderão ser cotejados dentro em breve com a realidade. Como fazemos agora com esta afirmação sua: "A base monetária aumentou apenas de 1,4%" nestes dois meses de janeiro e fevereiro. Ora, de 1983 até 1985, em janeiro e fevereiro a base monetária tendia a cair — como explicar, pois, que tenha subido em 1986 quando tudo está em ordem, a dívida não cresce, os controles são exercidos e a austeridade está estabelecida? Que houve? Para tornar mais objetiva a pergunta: que está errado neste governo, cujo presidente tranqüiliza a Nação usando informações que não condizem com os dados históricos, como essa, segundo a qual lhe foi legada a maior inflação da História do Brasil (o que é verdade), esquecendo-se de assinalar, no entanto, que ela subiu de 1985 para cá?

O chefe do governo, assumindo o controle político-administrativo do Ministério, deveria atualizar-se sobre a situação econômica. Porque cada palavra sua de tranqüilidade será cobrada amanhã se a tendência que anuncia com tanto entusiasmo se reverter. Isso não é bom para a figura do presidente da República, nem para a democracia. Da mesma maneira que não é alentador não se entrever na fala presidencial uma determinação clara, insofismável, de caminhar-se para a desestatização da economia, embora haja referências à iniciativa privada e à necessidade de retirar controles estatais da vida social,